



Estratégia de Educação para a Cidadania

Índice

Índice	2
Introdução.....	3
Enquadramento.....	5
A Nível Internacional.....	5
A Nível Nacional.....	5
Documentos de referência	5
Aprendizagens esperadas na Área de Cidadania e Desenvolvimento	6
Domínios a trabalhar no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento	6
Organização ao nível da Escola	7
Opções curriculares na implementação da EECE	7
Projetos/Atividades ao nível de Escola	10
Identificação e articulação com os Stakeholders	11
Articulação com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória	12
Coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento	13
Perfil	13
O papel do coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento.....	13
Avaliação.....	13
Avaliação dos alunos.....	13
Avaliação da Estratégia da Educação para a Cidadania na Escola	14

Introdução

Nélson Mandela defendia que *“A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”*. Partindo deste pensamento, podemos, de facto, considerar que a educação constitui um alicerce fundamental para o futuro de qualquer sociedade.

Hoje vivemos num mundo com problemas globais, como as alterações climáticas, os extremismos, as desigualdades no acesso aos bens e direitos fundamentais e as crises humanitárias, entre outros, em que a solução passa por trabalharmos em conjunto, unindo esforços para encontrar soluções para os desafios que ameaçam a humanidade.

A sociedade atual, marcada por ritmos acelerados de mudança, a que os avanços tecnológicos e a globalização não são alheios, coloca ao indivíduo e às diversas instituições sociais um conjunto de desafios no campo das atitudes, dos valores, das competências e do conhecimento. A Escola, consciente e atenta a esta problemática, procura constantemente encontrar mecanismos que contribuam para uma formação adequada do indivíduo face às novas realidades.

Por outro lado, a educação de qualidade é um direito humano fundamental e um investimento para o futuro. Aprender a tomar decisões informadas é aprender a exercer uma verdadeira cidadania que se quer democrática. É importante que as nossas crianças e jovens compreendam o mundo que os rodeia, mas é fundamental que procurem soluções para os inúmeros problemas que o afetam, no sentido de garantir um futuro que se quer mais sustentável.

O documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, constitui-se, naturalmente, como um referencial para o desenvolvimento curricular e para o trabalho a realizar em cada escola, procurando responder aos inúmeros desafios do mundo atual, alinhados com o desenvolvimento de competências.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação das crianças e jovens portuguesas, com o objetivo de criar homens e mulheres que sejam verdadeiros cidadãos e cidadãs, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

Neste sentido, a Área de Cidadania e Desenvolvimento, constitui-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens que promovam o relacionamento interpessoal e o relacionamento social e intercultural, no sentido de preparar os alunos para a vida em sociedade, para serem cidadãos democráticos, mais interventivos e humanistas, num mundo onde a diversidade social e cultural é cada vez mais uma realidade e assim promover o espírito de tolerância e respeito pelo outro.

O Colégio Dr. Luís Pereira da Costa (CDLPC), ao longo do seu percurso, tem delineado a sua estratégia de intervenção tendo em consideração os constantes e diversos desafios que são colocados ao contexto educativo dos dias de hoje.

As escolas são um espaço privilegiado na construção da base da nossa sociedade, sendo o agente que através do seu papel educativo / formativo, ajuda a desenvolver os cidadãos/cidadãs conscientes, responsáveis, informados e com capacidade de decisão.

Neste sentido, seguindo as linhas orientadoras do Projeto Educativo (PE) da escola, o CDLPC promove aprendizagens e o desenvolvimento de competências relevantes em termos técnicos e profissionais, mas também nos domínios da atitude cívica individual e coletiva. A atuação da escola faculta ferramentas que permitem a mobilização das competências dos alunos/as na resposta às exigências da sociedade atual que, no contexto globalizado, assume um âmbito intercultural.

O Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho, Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, é um documento que pretende criar condições para a promoção, dentro do contexto educativo, de um equilíbrio entre pressupostos para a aquisição de conhecimentos, a capacidade crítica e criatividade, numa perspetiva de formar os alunos/as com solidez técnica e com ferramentas que lhes permitam ser cidadãos/cidadãs autónomos, responsáveis e socialmente ativos.

Neste sentido, a Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola (EECE) compreenderá uma convergência deste documento, assentando nos princípios fundamentais de cidadania e educação inclusiva e orientada para uma aprendizagem ativa fomentando pressupostos de enriquecimento curricular/académico, de qualificação profissional e cidadania democrática.

Assim, a escola assume um papel essencial na educação que promove a formação de jovens com competências e valores de cidadania democrática, sustentando uma construção de sociedades mais justas e inclusivas potenciando o respeito pela diversidade e defesa dos direitos humanos com base no diálogo, desenvolvimento de espírito crítico, democrático, pluralista e criativo.

Desta forma, alinhado com o Projeto Educativo da escola e reforçando o desenvolvimento de competências do século XXI, a EECE pressupõe um trabalho transversal a todos os domínios de conteúdos das disciplinas dos diferentes níveis de educação.

Enquadramento

Portugal tem assumido um conjunto de compromissos que se encontram associados a documentos chave que proporcionam um enquadramento relevante para uma compreensão das perspetivas contemporâneas da Educação para a Cidadania e do Desenvolvimento Sustentável.

A Nível Internacional

União Europeia:

- Declaração de Paris (Declaração sobre a Promoção da Cidadania e dos Valores Comuns da Liberdade, Tolerância e Não-discriminação através da Educação, de 17 de março de 2015)

Conselho da Europa:

- Carta sobre Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos
- Competências para uma Cultura da Democracia. Viver juntos em igualdade em sociedades democráticas culturalmente diversas

ONU/UNESCO:

- ONU Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 dezembro, 1948)
- ONU Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030
- UNESCO Educação para a Cidadania Global: preparar os aprendentes para os desafios do século XXI (2014)

A Nível Nacional

- Plano Estratégico para as Migrações, 2015-2020
- V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, 2014 -2017
- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, 2014-2017
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos, 2014-2017
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento, 2010-2015
- Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2013-2020

Documentos de referência

- Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
- Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- Decreto Lei nº 54/2018
- Decreto Lei nº 55/2018

- Portaria 235-A/2018
- Portaria 223-A/2018
- Projeto Educativo da Escola
- Plano Anual de Atividades

Aprendizagens esperadas na Área de Cidadania e Desenvolvimento

O desenvolvimento da Área de Cidadania e Desenvolvimento deve ter em conta os seguintes princípios:

- Conceção não abstrata de cidadania
- Identificação de domínios essenciais em toda a escolaridade;
- Identificação de competências essenciais de formação cidadã (Competências para uma Cultura da Democracia)

Na abordagem da educação para a cidadania propõe-se que se atenda aos três eixos que foram recomendados, em 2008, pelo Documento do Fórum Educação para a Cidadania:

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos)
- Relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo)
- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos)

Domínios a trabalhar no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento

Tendo como base o documento Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e os percursos formativos que o CDLPC oferece, os domínios a trabalhar, de forma obrigatória, dado o seu carácter transversal e longitudinal, são os seguintes:

- ⇒ **Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade);**
- ⇒ **Igualdade de Género;**
- ⇒ **Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa);**
- ⇒ **Desenvolvimento Sustentável;**
- ⇒ **Educação Ambiental;**
- ⇒ **Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico).**

Não obstante esta organização, os domínios a trabalhar na Cidadania e Desenvolvimento não devem ser entendidos como partes isoladas de um todo, mas sim como intercomunicantes, tendo na base uma visão

holística da pessoa e devendo a sua abordagem privilegiar o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos valores e das áreas de competência inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Para o tratamento de cada um dos diferentes domínios, podem ser consultados diversos documentos de apoio em <https://www.dge.mec.pt/areas-tematicas>

Organização ao nível da Escola

Opções curriculares na implementação da EECE

A EECE aqui apresentada é o resultado de um trabalho e projetos que têm vindo a ser dinamizados ao longo dos anos letivos. O nosso EECE insere-se no Projeto de Responsabilidade Social Cívica e Ambiental (PRSCA). Este projeto pretende contribuir para a aquisição de competências pelos alunos, para que eles possam construir o seu projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais conscientes e responsáveis, visando o seu bem-estar físico, social e mental, assim como a saúde dos que os rodeiam.

Este projeto assenta em quatro vertentes a serem trabalhadas, ao longo de cada ano letivo, quer ao nível das atividades letivas quer nas mais diversas atividades do colégio. Cada uma destas vertentes será trabalhada como um todo e a sua operacionalização ocorre através do diretor de turma que, juntamente com todos os docentes do conselho de turma, colocarão em prática as mais diversas temáticas. Contudo, pretende-se ainda o envolvimento dos pais e encarregados de educação nesta tarefa, bem como a restante comunidade educativa.

Neste sentido, é possível perceber que a temática da Cidadania sempre foi uma preocupação e um constructo que funciona como alicerce à cultura da própria escola. A escola tem assumido o compromisso de desenhar a sua atuação promovendo um equilíbrio entre desenvolvimento de competências de técnicas, de conhecimento, aptidões sociais e individuais que potenciem, como foi referido anteriormente, um espírito de cidadania democrática, respeito pela diversidade e defesa dos direitos.

A Cidadania e Desenvolvimento é integrada e implementada no currículo dos diferentes percursos formativos, numa perspetiva de reforçar os projetos e atividades que são desenvolvidas na escola. Assim, é possível capitalizar as parcerias e reforçar o PE da escola nas diferentes temáticas que têm relação direta com a construção da identidade dos nossos alunos para uma convivência plural e democrática.

A EECE deverá seguir uma metodologia de autonomia de todos os envolvidos e prevê uma ação que se estenda para além da sala de aula, numa perspetiva de proximidade com toda a comunidade na qual o aluno é o centro da ação. Esta abordagem promove o trabalho colaborativo, facilitando e facultando ferramentas aos docentes para a gestão dos desafios e da complexidade que caracteriza o contexto educativo.

Neste sentido, assume-se como finalidade o desenvolvimento e definição de estratégias ajustadas aos alunos em função da sua individualidade e realidade pessoal e social.

O sucesso educativo depende da definição estratégica do projeto educativo que está imbuído na cultura organizacional, promovendo um estilo de organização com capacidade de adaptação à mudança e à volatilidade do contexto em que as escolas estão inseridas. Nesta medida, é importante compreender a escola como um contexto em que todos os elementos são essenciais na sua estrutura, na cultura organizacional e perspectiva de que todos ensinam e todos aprendem. Desta forma, as escolas têm de ser vistas como sistemas onde as ações levam à criação e partilha de conhecimento entre os seus elementos. Aqui, verifica-se uma partilha de responsabilidade, uma visão de trabalho colaborativo e uma ação autónoma que promove o compromisso de todos perante um projeto único.

Esta visão permite compreender e fortalecer a capacidade de aprendizagem dos alunos, pois existe uma crescente preocupação na preparação da escola como um lugar onde se ensina e aprende constantemente, envolvendo todos os elementos que a compõem. Perante esta perspectiva de envolvimento e autonomia, o pessoal docente e não docente assume uma relevância significativa na motivação e empenho dos alunos para a construção do seu percurso formativo, mas também para a exploração dos diferentes domínios que são propostos neste âmbito e na concretização dos projetos.

Independentemente da metodologia utilizada para a operacionalização dos domínios, a Educação para a Cidadania está integrada na missão de toda a escola. Neste sentido, o desenvolvimento do projeto seguirá a cultura organizacional e permitirá o envolvimento de todos os intervenientes, quer como parceiros internos, quer como parceiros externos. É importante que a comunidade e a escola se encarem responsabilmente como parceiras de um projeto comum que garanta uma diversificação da ação e promoção de recursos para um desenvolvimento social sustentável.

Considerando o desenvolvimento da Cidadania e Desenvolvimento como uma medida de integração dos conteúdos ao nível transversal, é importante que todas as disciplinas funcionem em conjunto, formando não só um raciocínio sistémico, mas fornecendo também ferramentas para o desenvolvimento de um projeto prático, sustentado e enriquecedor para todos.

A abordagem da Educação para a Cidadania adota um modelo que contempla as seguintes situações de desenvolvimento:

- Integrada transversalmente no currículo disciplinar e multidisciplinar, em toda a escolaridade
- Globalmente em projetos de escola, em toda a escolaridade

O desenvolvimento de cada um dos domínios a trabalhar deverá ser realizado ao nível de cada turma/curso nas áreas curriculares das diversas disciplinas.

De modo a operacionalizar a abordagem dos diversos domínios, de forma mais sustentada, sugere-se que os mesmos sejam trabalhados da seguinte forma:

2.º Ciclo

- ⇒ - Direitos Humanos
- ⇒ - Saúde
- ⇒ - Voluntariado (Cabaz de Natal)
- ⇒ - Educação Ambiental (
- ⇒ - Bem Estar Animal
- ⇒ - Segurança Rodoviária
- ⇒ - Voluntariado e a Desigualdade, pobreza e exclusão social -
- ⇒ - Interculturalidade
- ⇒ - Desenvolvimento Sustentável
- ⇒ - Educação para a Igualdade de Género
- ⇒ - Instituições e Participação Democrática

3.º Ciclo

- ⇒ - Direitos Humanos
- ⇒ - Voluntariado
- ⇒ - Educação para os Media
- ⇒ - Desenvolvimento Sustentável
- ⇒ - Segurança Rodoviária
- ⇒ - Segurança, defesa e PAZ
- ⇒ - Risco
- ⇒ - Saúde (Em parceria com o PRSCA/Centro de Saúde)
- ⇒ - Sexualidade (Em parceria com o PRSCA)
- ⇒ - Empreendedorismo
- ⇒ - Interculturalidade
- ⇒ - Educação Ambiental (Em parceria com o PRSCA-Eco-escolas)
- ⇒ - Literacia financeira e educação para o consumo
- ⇒ - Instituições e participação democrática
- ⇒ - Igualdade de género

Ensino Secundário

- ⇒ - Saúde mental

- ⇒ - **Voluntariado**
- ⇒ - **Segurança Rodoviária**
- ⇒ - **Desenvolvimento Sustentável**
- ⇒ - **Literacia financeira e educação para o consumo**
- ⇒ - **Educação Ambiental**
- ⇒ - **Mundo do trabalho**

De acordo com a legislação em vigor, deverá constar no certificado de cada aluno, no final de cada ciclo, o registo da respetiva participação nos projetos desenvolvidos.

O princípio da transversalidade da Área de Cidadania e Desenvolvimento deve estar sempre presente, sendo que, só a mobilização dos contributos das diversas componentes do currículo permitirá que a EECE seja efetivada na sua plenitude.

Recomenda-se, na medida do possível, o envolvimento dos diversos intervenientes, nomeadamente pessoal docente e não docente, alunos, Encarregados(as) de educação, parceiros da comunidade, entre outros/as.

Deverá valorizar-se o trabalho colaborativo, fundamental no desenvolvimento de projetos, não só entre as diversas disciplinas como também entre turmas, por exemplo, dos diferentes anos do mesmo curso.

A diversificação de metodologias pedagógicas deverá, naturalmente, estar sempre presente, devendo fomentar experiências reais de participação e de vivência da cidadania, de forma adequada a cada nível de ensino. Não devem, portanto, ser privilegiados processos teóricos e expositivos, mas sim uma metodologia assente no desenvolvimento de projetos.

Projetos/Atividades ao nível de Escola

O desenvolvimento dos diversos domínios deverá ainda ser assegurado forma transversal em toda a escola através de projetos e atividades consagrados no Plano Anual de Atividades, dos quais destacamos:

- **Clube de Proteção Civil;**
- **Corta-Mato CDLPC**
- **Festa de Natal**
- **Halloween**
- **Sarau**
- **Participação em Palestras e Dias Temáticos**
- **Parlamento dos Jovens Deputados**
- **Participação em Atividades dinamizadas pela União de Freguesias ou pela CML**
- **Participação em Atividades do Eco-escolas**
- **Comemoração do dia da Internet Segura;**

- **Participação em Campanhas de Solidariedade e Voluntariado**
- **Concurso Escola Electrão**
- **Participação em Olimpíadas e Projetos**
- **Organização de eventos desportivos (torneios e campeonatos)**

Identificação e articulação com os Stakeholders

Os projetos a desenvolver no âmbito da Área de Cidadania e Desenvolvimento ou ao nível de escola, devem, naturalmente, estar articulados com a EECE e, na medida do possível, envolver entidades locais, regionais e até nacionais.

A Escola do século XXI deixou de estar circunscrita ao tradicional espaço escolar, abrindo-se ao mundo que a rodeia e assumindo um papel mais interventivo na comunidade, aproveitando recursos e potencialidades, não menosprezando as suas necessidades, aprendendo e contribuindo, com propostas inovadoras e criativas, para melhorar o mundo e a sociedade da qual faz parte.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos em parceria com entidades externas assume um papel de relevo e uma mais valia para todos, nomeadamente os alunos, peça central do processo educativo que assim experimentam situações da vida real e interiorizam, de forma mais substancial, as vivências e os desafios da comunidade.

Assim, recomenda-se que o desenvolvimento de projetos possa ser efetivado através de parcerias com as seguintes entidades:

- **GNR - Direitos Humanos, Igualdade de Género, Segurança Rodoviária, Educação para os Media, Risco**
- **ABAE - Ambiente e Sustentabilidade**
- **Centro de Saúde Arnaldo Sampaio – Saúde, Sexualidade, Igualdade de Género**
- **Farmácia SOL – Saúde, Sexualidade, Igualdade de Género**
- **Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos - Ambiente e Sustentabilidade**
- **Valorlis - Ambiente e Sustentabilidade**
- **Cruz Vermelha Portuguesa – Solidariedade e Voluntariado**
- **Banco Alimentar – Solidariedade e Voluntariado**
- **Nariz Vermelho – Solidariedade**
- **AMI – Solidariedade**
- **CLDS – Igualdade de Género, Solidariedade, Direitos Humanos e saúde**
- **Camara Municipal de Leiria – Solidariedade, Ambiente, Instituições e participação democrática**

- União e Freguesias de Monte Redondo e Carreira - Solidariedade, Ambiente, Instituições e participação democrática
- Empresas da Região - Empreendedorismo
- Clubes Desportivos – Saúde

Articulação com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

“O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem”.

Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho

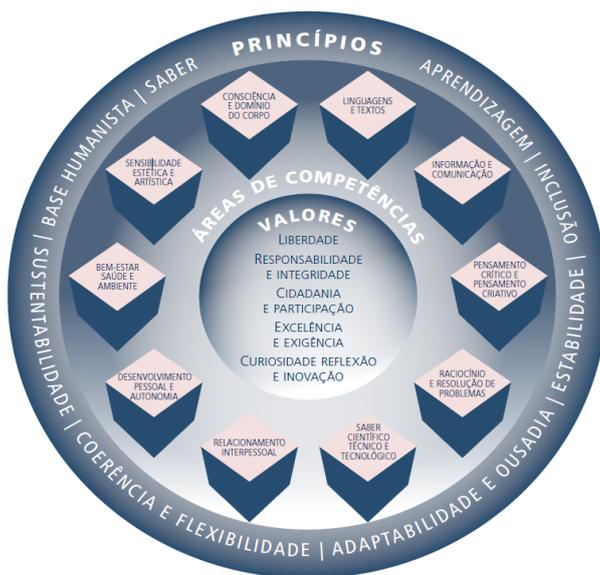


Figura 1 - Esquema conceitual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

De acordo com o documento que define o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, “a educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável”.

Assim, os diversos domínios a desenvolver na área de Cidadania e Desenvolvimento devem ser entendidos como sendo intercomunicantes, tendo como base uma visão da pessoa como um todo. Estes domínios devem ser abordados tendo em conta o contributo de cada um deles para o desenvolvimento dos princípios, dos

valores e das áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, conforme o esquema conceitual representado na figura anterior.

Coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento

Perfil

- Deve ter experiência de coordenação de equipas e capacidade organizativa;
- Deve frequentar/ter frequentado ações de formação sobre Educação para a Cidadania;
- Deve possuir competências de utilização de meios tecnológicos e de Plataformas Digitais;
- Deve conseguir estabelecer e manter relações empáticas com discentes, docentes e pessoal não docente, sustentadas em processos de escuta e reconhecimento;
- Deve ter uma visão intercultural da educação (o reconhecimento das culturas em presença);
- Deve sentir-se motivado para desempenhar a tarefa, sem imposição superior;
- Deverá revelar experiência no desenvolvimento de projetos a nível de escola e capacidade de organização coletiva.

O papel do coordenador da Área de Cidadania e Desenvolvimento

No CDLPC, a coordenação da Cidadania e Desenvolvimento é constituída por um docente. Este tem a responsabilidade de coordenar a EECE e elaborar um relatório anual que se encontra inserido no relatório do PRSCA, onde deve constar um balanço das atividades/projetos desenvolvidos pelas diferentes turmas.

Avaliação

Avaliação dos alunos

Na ENEC define-se que a avaliação das aprendizagens deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno. Na avaliação dos alunos deverá ter-se em conta as seguintes áreas de competência:

- Conhecimento
- Comunicação
- Resolução de Problemas

A avaliação deve ser entendida como um processo contínuo, que fornece feedback associado às múltiplas interações que ocorrem nos processos de ensino e de aprendizagem, no sentido de ajustar estes processos e melhorar os resultados e as aprendizagens que se desejam atingir. Nesse sentido, a avaliação deve:

- compreender e adquirir conteúdos e conceitos no âmbito das diferentes disciplinas. Aplicação de conhecimentos a novas situações, revelando rigor na terminologia científica.
- utilizar diferentes tipos de linguagem com clareza e coerência, recorrendo a diversificados instrumentos de comunicação com respeito pelas ideias dos outros (tolerância, empatia e responsabilidade) e pelos diferentes contextos.
- mobilizar conhecimento para desenvolver ideias e resolver problemas, apresentando novas soluções de forma criativa, autónoma e/ou colaborativa, revelando espírito crítico.

O processo de avaliação deve considerar a importância do impacto e participação dos alunos face às atividades desenvolvidas e as competências demonstradas através de evidências.

No Ensino Básico, cada docente, na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, deve avaliar os alunos relativamente ao trabalho realizado, avaliação essa que constará da Ficha de Informação de final de semestre. No Ensino Profissional essa avaliação é realizada de uma forma transversal nas diversas disciplinas, nomeadamente na disciplina de área de integração, aquela que mais contribui para trabalhar os domínios propostos.

No final de cada semestre ou nas reuniões intercalares será feito o registo e monitorização, no Plano Curricular de cada Turma, as atividades desenvolvidas até ao momento desenvolvidas nos diferentes projetos ou disciplinas.

Avaliação da Estratégia da Educação para a Cidadania na Escola

O acompanhamento e a avaliação da Estratégia de Educação para a Cidadania no CDLPC terão em conta os diversos intervenientes em todo o processo, nomeadamente docentes, alunos e Direção Pedagógica. Prevê-se que, no final do ano letivo, a Estratégia definida, em função das necessidades e das fragilidades que forem surgindo, possa ser alvo de alteração.

Monte Redondo, 09 de setembro de 2024